

O Dilema Turístico

Tourist Dilemma

Alan Faber do Nascimento

Graduado em Turismo e Mestrando em Ciências Sociais pela PUC-SP.

E-mail: castifaber@hotmail.com

Luis Augusto S. Soares

Graduado em Turismo e Mestrando em Ciências Sociais pela PUC-SP.

E-mail: castifaber@hotmail.com

Resumo

Este artigo trata das reais possibilidades do Turismo como meio de desenvolvimento capaz de solucionar a desigualdade social e resolver as atuais falhas alocativas do mercado de trabalho. A partir de uma reflexão que problematiza o modelo das políticas de fomento ao Turismo no Brasil, somado as próprias contradições internas do Turismo e do mercado de trabalho turístico, procuraremos demonstrar que a atividade merece escrutínio antes de considerá-la como a tábua de salvação das diversas economias locais.

Palavras-chave: Acumulação Flexível, Turismo, Embratur, Desenvolvimento, Emprego.

Acumulação flexível e as transformações no mercado de trabalho

As décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. A profunda recessão de 1973, que findou a “Era de Ouro” (Hobsbawm, 1995), exacerbada pelo choque do petróleo, pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. No espaço social criado por essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências, nos domínios da organização industrial e da vida social e política, tomou forma. Essas transformações representaram os primeiros ímpetus para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social distinto daquele assentado no modelo fordista e no Estado intervencionista keynesiano (Harvey, 1999).

Nesse contexto, a transição da produção em massa para a produção flexível promoveu diferentes mudanças no cenário econômico e social, dentre as quais, a flexibilidade

dos processos de trabalho, dos produtos, dos padrões de consumo, do emprego de novas tecnologias no nível de produção somado a novos processos de gerenciamento, da formação de redes empresariais (Castells, 1999) enredou o mercado de trabalho no crescente uso do trabalho parcial, temporário e subcontratado. As novas relações que se estabelecem no interior do processo de acumulação flexível (Harvey, 1999) intensificaram a competição entre as diversas corporações, colocando em dúvida a capacidade alocativa do mercado de trabalho (Offe, 1989).

Da mesma forma, deve-se lembrar da transformação nas condições dos trabalhadores, salários e do capital, sensivelmente influenciadas com a reestruturação produtiva. Se Marx denominava os salários de “capital variável”, exatamente por se tratar de um adiantamento do capitalista aos trabalhadores, a tendência, hoje, do capital é justamente de suprimir esse adiantamento dos resultados das vendas dos produtos – mercadorias (Oliveira, 2003).

Assim, os rendimentos dos

trabalhadores agora dependem da realização do valor das mercadorias e, o conjunto de trabalhadores é transformado em uma soma indeterminável de exército da ativa e de reserva, que se reveza diariamente nos ciclos de negócios. É como se os rendimentos do trabalhador agora dependessem do lucro dos capitalistas. Disso decorrem todos os novos ajustamentos no estatuto do trabalho e do trabalhador no seio do capitalismo flexível e globalizado (Oliveira, 2003). Ao que parece, a acumulação flexível implica em níveis relativamente altos de desemprego estrutural em oposição ao friccional (Harvey, 1999).

Portanto, não é de se estranhar que o emprego seja atualmente tema comum em muitos fóruns, simpósios, palestras, que sempre debatem sobre a questão de um mundo “sem emprego”, competitivo e moldado pela flexibilidade dos processos de produção. Mas, uma atividade em particular chama a nossa atenção pela simplicidade que é tratada e é inserida no debate do emprego - o turismo - que atualmente, na co-presença de um Estado “Caixeiro-Viajante”, faz as cidades apostarem em sua capacidade para solucionar a desigualdade social e resolver as falhas alocativas do mercado de trabalho, necessitando apenas traçar alguns elementos estratégicos para que a atividade não venha a assumir o caráter negativo que muitas vezes fez pressentir no ambiente, na economia e na sociedade.

Colocado dessa forma, o turismo é dado como meio de desenvolvimento socioeconômico inequívoco, capaz de fomentar quadros de emprego e renda, antes pouco prováveis, para diversas economias locais. Porém, para contestar essa pronúncia, apresentaremos nesse artigo dois grupos de argumentações,



subjacentes às condições antes mencionadas, impostas pela reestruturação e flexibilização produtiva.

A primeira argumentação se relaciona ao ideário do turismo brasileiro, moldado por políticas voltadas para o turismo receptivo internacional. Pretendemos com isso demonstrar a existência de uma contradição histórica na formação e desenvolvimento da atividade no país que reforça as desigualdades intra-regionais, favorecendo a geração de empregos fora dos locais de consumo. A segunda argumentação trata de outras duas contradições que impedem a determinação do turismo como meio de desenvolvimento, a saber: a sazonalidade turística e a reestruturação da produção decorrente do turismo. Dessa forma, partiremos da análise do turismo no capitalismo moderno, não tendo, dessa forma, nenhuma pretensão nesse artigo de apontar novas formas de turismo, mas sim, como já dissemos antes, aventar as problemáticas de tratá-lo como tábua de salvação.

O ideário do turismo no Brasil e a concentração de emprego e renda.

Segundo o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) em 2003, vieram ao Brasil 4,1 milhões de estrangeiros, 8,12% a mais do que o registrado em 2002. A meta para 2007 é chegar a uma entrada de nove milhões de estrangeiros por ano.¹ Se isso acontecer, o volume dos gastos desses visitantes será de aproximadamente US\$ 8 bilhões - o que certamente colocará a atividade em primeiro lugar na captação de divisas estrangeiras (EMBRATUR, 2004). Para o governo, uma das conseqüências mais relevantes do crescimento do turismo é expectativa de criação de 1,2 milhões de empregos somando-se aos 1,8 milhões de empregos gerados pela atividade.

Em que pese os números atraentes, estes não fogem a uma análise mais profunda que revelam alguns problemas. Isto porque a visão economicista e salvadora, que prevalece na leitura do turismo e domina o discurso dos órgãos nacionais e internacionais, nos leva a um Turismo *Made in Brazil*. A EMBRATUR, órgão nacional responsável pela organização do turismo, desde sua criação (1966) da prioridade ao turista estrangeiro, com políticas pulverizadas, elitistas e privatizantes (Santos Filho, 2005).

Servindo-se de um resgate histórico do fenômeno turístico brasileiro a fim de evitar perfis ideológicos de forma subliminar, vemos que o mesmo foi organizado sobre uma plataforma instrumental ideológica em detrimento de uma política de organização e gerenciamento do turismo nacional com bases sociais (Santos Filho, 2005).

Se no período ditatorial brasileiro a preocupação com o turismo foi

ligada a refazer a imagem do Brasil, no intuito de amenizar as repercussões internacionais contra a ditadura feita por seus opositores no exterior, vemos, que hoje, o governo brasileiro retoma sua intenção original, transformando a EMBRATUR num grande *Convention Visitors Bureaux*, criando uma falsa ansiedade junto às prefeituras e à sociedade civil em se tornarem pólos turísticos e centros de captação de eventos.

Novamente, a prioridade para o desenvolvimento do turismo brasileiro é considerada de “fora para dentro”, o que não foge a própria dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro, voltada à exportação e dependente de recursos e de tecnologia. Retoma-se a idéia de vender uma imagem de fetiche sobre o Brasil para os estrangeiros, priorizando uma publicidade focalizada no exotismo de nossos recursos naturais, na e na *hospitalidade*, para assim, reter o capital monopolista através da imagem “fetichizada”, já que a globalização reduziu, quando não eliminou, as proteções proporcionadas pelos assim chamados “monopólios naturais” (Harvey, 2005).

Como conseqüência desta política de Turismo baseada na idéia de transferir parte dos fluxos do turismo internacional para o “Brasil potência”, apostando em uma publicidade, em mega-projetos (CRUZ, 1998) e em grandes *resorts* de padrão internacional, manteve-se, muitas vezes, as populações das regiões receptivas fora de qualquer perspectiva de emprego e renda, sobretudo por não disporem de auto-suficiência financeira, mercadológica e profissional.

Essa política de incentivos só serviu para aumentar o

¹ Plano Nacional de Turismo.

desequilíbrio econômico e social entre as regiões brasileiras e, como sempre foi feito pelas multinacionais no território nacional, os recursos foram aplicados sem que os mesmos fossem, em sua maior totalidade, oriundos de capital próprio, mas sim, resultado de incentivos fiscais conseguidos no mercado brasileiro as custas do capital nacional. (Santos Filho, 2005, p. 15).

As políticas do turismo no Nordeste brasileiro são um exemplo desta lógica. No conjunto de seus estados, programas de fomento ao turismo tentam colocá-lo como vetor de desenvolvimento desde 1980. Atualmente, levando em conta os desafios incorporados do capitalismo globalizado, a região vê no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), criado em 1991, com apoio da EMBRATUR, a busca de uma condição policêntrica no país com qualidade de vida atrelada a uma economia forte e competitiva (Benevides, 1998).

Especificamente, o programa visa dinamizar o turismo receptivo estimulando a permanência do turista no Nordeste, assim induzindo investimentos e recursos (Gomes, 1998). Nesta ótica, a atividade turística seria como um sistema “aberto” no qual seu sucesso dependeria da organização eficiente de “externalidades”, como: investimentos, redes hoteleiras, infraestrutura, recursos humanos somados a incontestável beleza cênica da região e sua cultura. O discurso é tentador, porém, na prática, as ambivalências aparecem, isto porque, o turismo tomado independentemente do contexto, se encerra numa contradição subjacente a forma de acumulação capitalista própria da periferia do sistema.



É sabido que a segregação intra-regional foi eixo estruturante no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, o que se expressou num modelo onde o atrasado alimentou o moderno (Oliveira, 2003). As culturas de subsistência no interior do país, por exemplo, no começo do século XX, tanto ajudavam a abaixar o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades, o que facilitava a acumulação de capital industrial, quanto produziam um excedente não – revertível em si mesmo, que se escoava para financiar a acumulação urbana (Oliveira, 2003).

Da mesma maneira, ao contrário do que se destaca e do que historicamente se promoveu em nosso país, o Turismo favorece nos núcleos receptivos mais trabalhos de baixa qualificação e renda, como também, não incentiva a instalação de empresas qualificadas, deixando para os mesmos, um mercado de trabalho de apoio ao aparato turístico que se alimenta do mito do turismo “salvador”,² que acaba contribuindo com a retro-alimentação aos centros dinâmicos. Logo, consolida-se um modelo de orientação “unilateral”,

² Principalmente, em núcleos receptivos que sustentam o turismo sob a tríade sol-mar-praia (SCHLUTER, 2001, GETINO, 1987).



similar ao *neocolonialismo turístico* (ARCHER e COOPER, 2001), apenas com a distinção de que no primeiro, o poder do autóctone é transferido as corporações nacionais e transnacionais, e não internacionais, que centralizam as formas de desenvolvimento, as maiores rendas da atividade e a oferta de trabalho. O excedente, nesses casos, “resta” aos que recebem³.

Ao se promover o turismo receptivo de massa, para supostamente gerar empregos e competir no mercado (internacional ou nacional), retira-se do local de consumo e da instalação de infraestrutura, o controle da atividade juntamente com a maior massa de empregos e salários, impedindo que os benefícios, tão pronunciados, cheguem aos núcleos receptores. De tal modo que o turismo contraditoriamente acabe gerando mais empregos e conseqüentemente renda em núcleos emissores que em receptores. Parte dessa afirmação é respondida quando comparamos o número de empregos formais em pólos emissores ao dos pólos receptores: A região Sudeste (com destaque para o estado de São Paulo,

predominantemente emissor) possui, segundo a EMBRATUR⁴, 89.637 estabelecimentos atuantes no turismo⁵ que geram 772.678 de empregos, já a região Nordeste (predominantemente receptivo) apresenta 21.014 empresas turísticas e 184.400 empregos.

Ao comparar os dados citados, a região Sudeste detém aproximadamente 52% das empresas turísticas e 58% dos empregos gerados, enquanto aproximadamente 12% das empresas e 14% dos empregos estão região Nordeste. Essa contradição enfatiza que apesar do consumo do turismo se dar no núcleo receptivo, o maior volume de empresas e empregos esta nos pólos emissores, por outro, destaca que o turismo só é capaz de gerar renda e emprego, em amplitude, quando conjuga atividades receptivas e emissivas, caso da região Sudeste, bem como, quando diversifica sua atuação e tem suporte de inúmeros setores.

Isso mostra o que muitos estudos não relatam: que o turismo possui uma alta concentração de mão-de-obra em núcleos emissores, responsáveis pelos setores comerciais, de transportes e distribuição dos produtos e serviços, deixando para os centros receptivos as ocupações:

Que ofertan sólo mano de obra o mano de obra principalmente. Ejemplos de esto son los numerosos vendedores ambulantes y vendedores de recuerdos (...) y guías espontáneos, estes trabajan por cuenta propia, su inversión de capital normalmente es insignificante; sus ingresos, que son en metálico y no declaran, dependen muchas veces de su capacidad de acosar a la gente. No obstante, trabajan en el sector de turismo. (BULL, 1994, p. 186).

³ Em linhas gerais, trata-se aqui dos investimentos feitos para o turismo que geralmente privilegiam a instalação de infra-estrutura capaz de atrair grandes empresas, via de regra, estrangeiras ou nacionais de grande porte, que usufruem os investimentos locais, mas mantêm as receitas fora dele. Ver LAZZARESCHI, N. Trabalho e lazer: o turismo em questão. In: *Margem*. São Paulo, nº 13, jun. 2001, p. 127–134.

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR. *Mão-de-obra empregada na atividade turística*. EMBRATUR: Brasília, 2001.

⁵ O estudo realizado pela EMBRATUR define como empresas turísticas: Alojamento, Alimentação, Agências Viagens, Atividades Recreativas, Aluguel de Automóveis, Transporte Rodoviário Regular e Não-Regular.

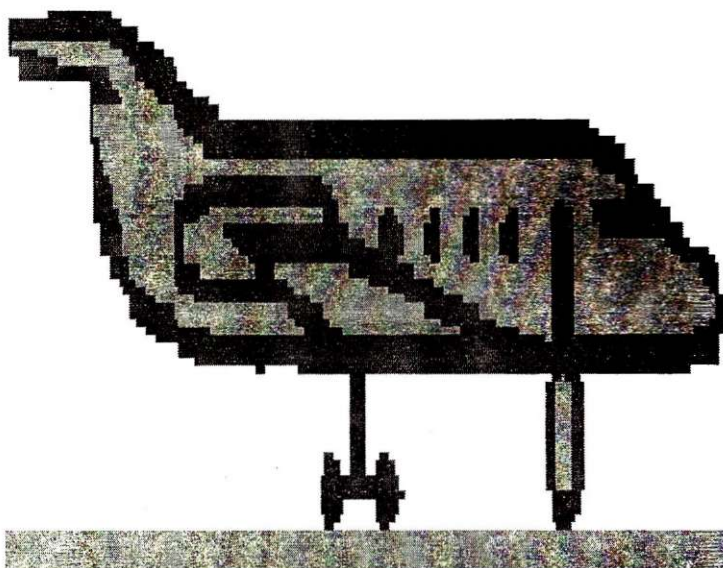
As contradições do turismo e o mercado de trabalho turístico.

Dentre os diferentes fatores mencionados nas obras que discutem o turismo, a ampliação do mercado de trabalho turístico é dado como justificativa para a implantação do turismo, e sua mensuração, somada a outros indicadores econômicos⁶, obscurece parte de suas contradições, dando destaque unilateral ao crescimento quantitativo e a sua importância para o mercado de trabalho.

Se oculta assim, a contradição do turismo que interfere diretamente na oferta de trabalho, a saber: os fluxos sazonais (TRIBE, 1999; KRIPPENDORF, 2000). Portanto, o mercado de trabalho no turismo é apenas crescente *quando hay una demanda de bienes o servicios* (FEIJOO, 2002, p. 329). Tal fato sublinha o crescimento volátil - reflexo da estacionalidade da atividade⁷.

Assim, essa temporalidade por um lado, age de forma incisiva na lucratividade dos empreendimentos que compõe sua oferta, pois promove altos ganhos em períodos de alta temporada, sobretudo quando ofertadas aos grandes centros (nacionais ou internacionais) em pacotes, por outro, gera a dificuldade em reter mão-de-obra nos períodos de baixa temporada, bem como, dificulta que as atividades realizadas por iniciativa própria se mantenham e formalizem.

Nesse sentido para reduzir as rígidas restrições impostas pela sazonalidade as municipalidades cedem a influência da crescente demanda e da gestão dos canais de distribuição e das grandes empresas de hospedagem - dos intermediários (KRIPPENDORF,



2000), que determinam novos “valores” e “interesses” para segmentar a atividade e sincronizar suas vendas durante o ano. De modo que para gerar empregos muitas cidades tornam o turismo sua atividade principal, mas contraditoriamente, dessa “solução” surgem outros problemas⁸. Em suma, tenta-se eliminar a sazonalidade alimentando a esperança por um turismo que dure o ano inteiro, logo se favorece da *monocultura turística*⁹ e amplia seu mercado sem dotar os espaços receptivos da capacidade necessária, ou quando o faz, apóia-se em investimentos que pouco privilegiam os autóctones.

Quando assumida essa condição, além das implicações citadas, sobra aos trabalhadores locais, diante da pouca oportunidade de qualificação, do atual quadro do trabalho e das condições do emprego turístico¹⁰ nos núcleos receptivos, a entrada na economia informal, para nela empreender atividades e assim alcançar ganhos que não pode obter em organizações turísticas locais, porém, que pouco oferecem diante

da racionalidade produtiva, da competitividade, da centralização do trabalho nos núcleos emissivos e do consumo sazonal do turismo.¹¹

Um novo turismo?

Diante desses aspectos, parece-nos necessário combater o determinismo que faz do turismo uma atividade salvadora, o dilema turístico é, portanto, subjacente aos próprios dilemas do atual quadro do capitalismo globalizado, é o dilema do mundo do trabalho e da qualificação, das novas “regras” de competitividade e produtividade, bem como, das próprias condições em que o turismo se desenvolveu e se desenvolve no Brasil. Não podemos nos negar a investigar tais questões e cedermos espaço a idéia do turismo como meio de dissolução de desigualdades e crescimento econômico inequívoco.

Em face do dilema turístico, resta-nos questionar e entender quais as contradições seriam geradas pela atividade. Que tipo de alternativas podem ser pensadas para que o turismo possa proporcionar emprego e renda nos municípios receptores? Como lidar com as contradições próprias do turismo – polarização entre emissivo/receptivo; sazonalidade e intermediação do poder corporativo – que tornam tão frágil a idéia do turismo e do desenvolvimento socioeconômico.

Sem dúvida, o dilema turístico é ainda composto por muitas perguntas e poucas respostas, acreditamos que as condições antes citadas impedem a determinação do turismo como meio de desenvolvimento, afinal basta verificar que poucas ou nenhuma cidade turística alcançou os tão “proclamados” empregos e quadros de desenvolvimento. Os estudos oferecidos, em sua maioria, tratam do “potencial” da atividade e

não de seus resultados, apresentam números dos empregos indiretos e não os diretos, divulgam os investimentos e a entrada de turistas e não discutem seus benefícios (justamente aqueles que os mesmos sustentam) para a população.

Faz-se necessário, portanto, despertar a leitura crítica do fenômeno turístico e compreender o objeto de forma ontológica, cuja essencialidade não fica vulgarizada pela rapidez dos dados empíricos e pela baixa reflexão imediatista que esse processo acaba alimentando. Para tal, nossa intenção foi sair de uma perspectiva sistêmica expressada por modelos que tentam capturar a complexidade da realidade social e entendê-la sem levar em conta a dialética do próprio movimento histórico. Seguir por esse caminho é entender o fenômeno turístico contendo conflitos e ambivalências que longe de nos oferecer um lenitivo, atenta-nos para as problemáticas que se ocultam por detrás dos mecanismos de ocultação e ideologias do discurso oficial do Turismo no seio de uma sociedade capitalista.

Abstract

This article is about the real possibilities of Tourism as a mean of developing able to solve the social inequalities and solve the current failures of labor work. Beginning with a reflection that impeaches the model of Tourism policies in Brazil, added to contradiction of Tourism and of its labor work, we try to show that the activity must be analysed deeply before considering it as a “salvation” for all local economies.

Key-words: Flexible Accumulation, Tourism, Embratur, Development, job.

Referência

ARCHER, B; COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, W. F. (Org.). *Turismo global*. São Paulo: SENAC, 2001. p. 95-102.

- BENEVIDES, I. P. *Turismo e Prodetur. Dimensões e olhares em parceria*. Fortaleza: EUFC, 1998.
- BULL, A. *La economía del sector turístico*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede – (A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura; v. 1)*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CRUZ, R. de C. A. da. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2000.
- EMBRATUR, 2004.
- FEIJOO, S. R. *Estadística aplicada a la toma de decisiones en la economía, la empresa, el turismo y las relaciones laborales*. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas, 2002.
- GETINO, O. *Turismo – Entre el ocio y el negocio. Identidad cultural y desarrollo económico en América Latina*. Buenos Aires: CICCUS, 2002.
- GOMES, R. de C. *Fragmentação e Gestão do Território no Rio Grande do Norte* Capítulo 2: (Re)visitando o conceito de território. In: Rio Claro, UNESP, 1998.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- HOBBSAWM, E. *Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR. *Conta Satélite do Turismo*. EMBRATUR: Brasília, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR. *Mão-de-obra empregada na atividade turística*. EMBRATUR: Brasília, 2001.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2000.
- LAZZARESCHI, N. *Trabalho e lazer: o turismo em questão*. In: *Margem*. São Paulo, nº 13, jun. 2001, p. 127–134.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano Nacional do Turismo. Diretrizes, Metas e Programas. 2003-2007*. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/>> Acesso em 28 dez. 2005.
- OFFE, Claus. *O futuro do mercado de trabalho*. In: *Capitalismo desorganizado – Transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 71 – 105.
- OLIVEIRA, Chico. *Crítica à razão dualista e o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – DEPARTAMENTO DE ACTIVIDADES SETORIALES. *Información sobre la industria de la hotelería, la restauración y el turismo*. OIT: Genebra, 2003.
- SANTOS FILHO, João. *Por que a ação da Embratur se torna preocupante para a formulação de Políticas Públicas internas em Turismo?* In: *Revista Espaço Acadêmico*. nº 48– Maio/2005.
- SCHLUTER, R. G. *Desenvolvimento do Turismo: as perspectivas na América Latina*. In: THEOBALD, W. F. (org.). *Turismo Global*. São Paulo: SENAC, 2001, p. 231-244.
- TRIBE, J. *Economía del ocio y el turismo*. Madrid: Síntesis, 1999.

Data do recebimento: 02/03/2006

Data do aceite: 10/04/2006

